

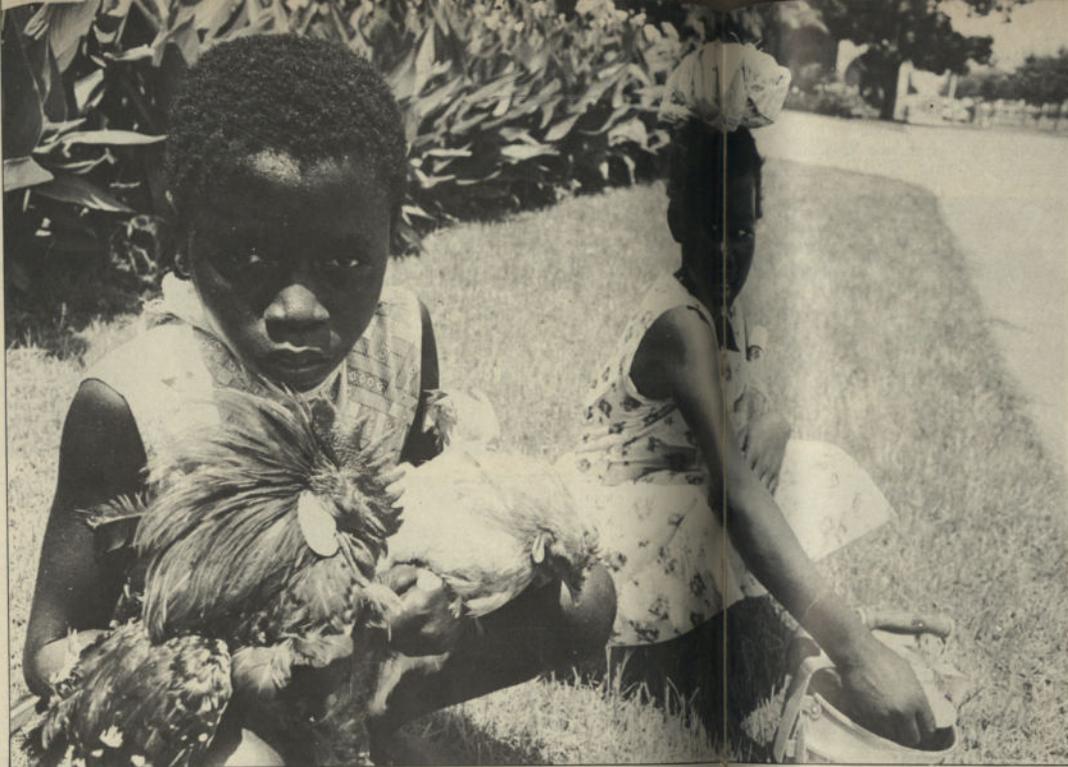
GUINÉ-BISSAU: UM PROCESSO EM MARCHA

A "Guiné portuguesa", de fronteiras fixadas em 1886, e descoberta por navegadores lusíadas no século XVI, é hoje a Guiné-Bissau, República independente, reconhecida por mais de oitenta Estados, após onze anos de luta contra o colonialismo português. Alguns ainda sentirão cravado o estigma da nova independência. Imbuídos de uma concepção nacionalista que extravasava os limites do continente europeu, para eles, o "pluricontinentalismo" era dogma irrefutável, sendo a pluricontinentalidade um princípio sacrossanto que ultrapassava o mínimo direito de todos os povos à independência, ao direito de dirigirem os seus próprios destinos, queira ou não a chamada mãe-pátria". Esta, será realmente uma mãe-pátria se, obtida a independência, conseguir — sem qualquer traço de neocolonialismo — a cooperação que, em vez de exploração, poderá, em bases igualitárias, unir os povos e os interesses dos dois países.

Uma longa luta armada de onze anos, custou vidas a ambos os lados porque o colonialismo, como sempre, entendeu que conseguia, pela força das armas, prosseguir, indefinidamente, uma política de força contra uma situação que apenas se solucionava pela via política. A Guiné-Bissau, pela via do P. A. I. G. C., granjeou desde há muito — embora só agora a opinião pública nacional o tenha podido saber — a admiração e o respeito de grande parte do mundo. Não só de africanos, mas também de ocidentais, socialistas ou não.

LONGO foi o caminho percorrido, desde 1963, até ao dia 24 de Setembro de 1973, data em que o P. A. I. G. C., unilateralmente, declarou a independência. Menosprezada pelo governo fascista de Caetano, essa independência rapidamente somou reconhecimentos. Mas foi necessário em 25 de Abril para que a luta do povo da Guiné-Bissau fosse legitimamente reconhecida e, mais tarde, através de uma declaração (essa sim) histórica, o direito à independência do seu povo se visse ratificado pelos colonizadores de cinco séculos.

"Antes da criação, em 1956, do P. A. I. G. C., verdadeira força motriz da luta de libertação nacional na Guiné e em Cabo Verde, houve algumas tentativas de acção 'legal' de alguns grupos nacionalistas, aniquilados pelo desejo de servir o interesse do seu povo, no sentido de conquistarem posições no seio de certos organismos colonialistas, de carácter social e sindical. Essas tentativas chocaram sempre com a poderosa barreira levantada



pelos colonialistas para impedirem qualquer velocidade dos Africanos de se sentirem com direitos na sua própria terra. Nas condições concretas da dominação colonial portuguesa, só a mais rigorosa clandestinidade poderia permitir o desenvolvimento da actividade do P. A. I. G. C." — isto lê-se na "História da Guiné e Ilhas de Cabo Verde", elaborada pelo P. A. I. G. C., que as crianças da Guiné-Bissau lêem hoje nas escolas onde aprendem a ser livres.

A luta de libertação nacional na Guiné-Bissau, segundo o P. A. I. G. C., começou há longos anos. A recusa do pagamento dos pesados impostos fixados pelas autoridades portuguesas por parte de alguns chefes indígenas, não obstante colaboradores com os colonialistas, é, para o P. A. I. G. C., o princípio da revolta dos habitantes da Guiné contra a opressão.

Chegando, no século XVI, ao domínio de regiões da costa ocidental africana, os Portugueses, após diversos confrontos com outras potências colonialistas europeias, só em 1886 fixaram, por acordo internacional, as fronteiras da chamada Guiné portuguesa. Mesmo assim, e não estando nem ocupado, nem explorado o interior do território que os Portugueses passavam a dominar (e que só controlavam no litoral, devido ao interesse comercial de alguns produtos indígenas e, sobretudo, ao negócio escravagista), em 1905 a ignorância da zona iria provocar a rectificação da fronteira

traçada anteriormente sobre uma carta, para ser deixada à França uma região (a de Kadé) que se julgava encontrar a oeste do meridiano 16 graus de longitude oeste (meridiano de Paris) quando na realidade se situava a leste.

A Guiné-Bissau é uma superfície pantanosa de 36 125 quilómetros quadrados que se situa na costa ocidental africana entre as Repúblicas do Senegal e da Guiné-Conakry. Assim, passará a haver duas Guinés, diferenciadas, formalmente, pela designação das duas capitais.

Quase metade do território da Guiné que é Bissau é ocupado pelas planícies marítimas, costeiras, semipantanosas, englobando alguns raros fragmentos de planaltos cuja altitude não ultrapassa 300 metros. Da Guiné faz parte o arquipélago dos Bijagós, numeroso grupo de ilhas situadas a 30 quilómetros ao largo do continente africano. Com uma população aproximada de 600 mil habitantes, da qual só uma pequena percentagem é europeia, um terço da sua população é muçulmana.

A economia do novo país baseia-se essencialmente nos produtos agrícolas, nomeadamente em plantações de arroz, milho, mandioca. Existe ainda a criação de gado, especialmente bovinos e suínos. Mais recentemente, foram descobertos alguns jazigos de bauxite e de ouro. Por outro lado, não existe qualquer indústria de transformação.

Três grupos étnicos principais constituem a população da Guiné: povos do litoral (grupo

Dnola-Balanta, grupo Manjaco e Banhum, grupo Beafadas e Nalús e grupo de Bijagós, Cocoli e Padjadincas), Mandingas e Fulas. Estes dois últimos, são os habitantes do interior do território. "O colonialismo português explorou as diferenças nascidas ao longo da história entre os povos da Guiné, para os pôr uns contra os outros, tentar convencer alguns da sua 'superioridade' — diz a história da Guiné do P. A. I. G. C.

"A diversidade dos grupos linguísticos e étnicos não deve, contudo, dissimular a profunda unidade do povo guineense. Povos do litoral, Mandingas e Fulas são na realidade irmãos e estreitamente aparentados, como o prova notavelmente o facto de as suas línguas pertencerem todas à mesma grande família linguística Nigero-Congoleza", salienta o referido compêndio. Refere-se ainda que "o colonialismo português procurou utilizar os feudais fulas como auxiliares das suas dominação e exploração, sistema que utilizou em relação a outros povos da Guiné, seja utilizando os 'notáveis' tradicionais, seja fabricando completamente uma organização artificial de chefes'.

NO século XIX, a industrialização europeia, o início do capitalismo e de certas formas de imperialismo levaram a que a África, até então quase apenas um local

A "Guiné portuguesa", de fronteiras fixadas em 1886, e descoberta por navegadores lusíadas no século XVI, é hoje a Guiné-Bissau, República independente, reconhecida por mais de 80 Estados, após onze anos de luta contra o colonialismo português.

de comercialização de escravos, se tornasse um produtor de matérias-primas a explorar (termo que se pode utilizar, neste caso, em toda a extensão do seu significado) e num comprador potencial.

No que diz respeito à exploração colonial portuguesa desse período, a história do P. A. I. G. C. diz que "apesar de oficialmente

